



Nau Literária

crítica e teoria da literatura em língua portuguesa

PPG-LET UFRGS

ISSN 1981-4526

<http://seer.ufrgs.br/nauliteraria>

Vol. 13 N. 02 2017

Literatura e Confinamento II

A Política Exilatória do Estado Português em *Os Cus de Judas*, de Lobo Antunes

Daniel Conte
Josiani Job Ribeiro
Marinês Andrea Kunz

Resumo: Este texto analisa o projeto exilatório do Estado salazarista, pós-1961, e a significação da cidade de Lisboa para o narrador-personagem da obra *Os Cus de Judas*, de António Lobo Antunes. As imagens trazidas pelo personagem quando retorna à metrópole, no pós-guerra, levam-no a viver um trauma existencial que o encarcera no espaço urbano da ex-metrópole. Além disso, busca-se evidenciar historicamente o processo de gestação de um sujeito em confinamento imagético, traumatizado pela política de Estado e pelo deslocamento que oferece a condição de exilado.

Palavras-chave: Colonialismo; Exílio; Representação; Lobo Antunes.

Abstract: This article analyzes the exile project of the Salazar State, post-1961, and the significance of Lisbon City to the character-narrator of *Os Cus de Judas*, written by António Lobo Antunes. The images brought by the character when he returns to the metropolis in the postwar period lead him to live an existential trauma that has imprisoned him in the urban space of the former metropolis. In addition, it tries to find historically evidence of the gestation process of a subject in an imaginary confinement, traumatized by the State Policy and by the displacement offered by the condition of exile.

Keywords: Colonialism; Exile; Representation; Lobo Antunes.

1 À guisa de introdução

O sentido do colonialismo é íntimo da sociedade contemporânea, sua conceituação histórica se solidificou a ponto de a prática colonial se tornar intrínseca à rede imaginária, em que pese sua forma vulgar, e presente em suas representações sociais. Levando em conta que a cena colonial foi demasiadamente longa e que a política expansionista europeia é findada apenas na segunda metade do século XX, a representação social do colonialismo altera-se em cada nação envolvida, não apenas pela posição ocupada neste novo simbólico (colonizador vs. colonizado), mas também pelo período em que a prática colonial é funcionalizada.

Considerando o caso português, que, após passar pela ditadura salazarista, gestava uma grave crise econômica, percebe-se que o país não mede esforços a fim de preservar a integridade de seu império, repelindo os desejos e questionamentos das sociedades colonizadas e da opinião pública europeia, refutando-os com repressão e violência. Essa hostilidade política vai engendrar a resistência organizada e, por consequência, as guerras coloniais que se estenderão do início da década de sessenta até 1975. Nessa ordem, o presente trabalho traz a representação do encarceramento simbólico que Lisboa, na obra *Os Cus de Judas*, oferece ao narrador-personagem de Lobo Antunes. É analisada, ainda, a significação da cidade de Lisboa para esse narrador, sincronizada à guerra de libertação angolana, evidenciando o processo oficial exilatório do Estado português e a gestação de um sujeito em confinamento imagético. Como base histórico-teórico-crítica, estão Boahen, Chartier, Hall, Levi, Said, Pesavento, Suret-Canele, Sharpe, entre outros autores.

2 Das condições histórico-políticas: o caminho para o exílio de Estado

Com o fortalecimento do movimento revolucionário republicano português a partir de 1870, com o tratado de Berlim, com o *ultimatum* inglês desmoralizando a monarquia, mas, principalmente, com ideologias vinculadas à pequena burguesia, entusiasmando a massa dos trabalhadores, o Partido Republicano torna-se o grande vitorioso das eleições de 1910. Diante disso, a monarquia, enfraquecida e desmoralizada, decide pela ditadura aberta. Em outubro daquele mesmo ano, as armadas começam a ruir, devido à mobilização dos trabalhadores, entre os dias 4 e 5, os quartéis e as guarnições fidelizadas ao antigo regime são neutralizados, o rei evade para o exílio e o Partido Republicano assume o governo. Dessa forma, ao longo do dia 5 de outubro de 1910, por contingência política, proclama-se a República em Portugal.

A formação da república portuguesa evidencia a primeira tentativa de estabelecer uma democracia parlamentar através de um estado laico e anticlerical, em que se coloca irrefutável a separação do Estado e da Igreja Católica. Tal ação se configura pela aliança histórica formada entre a Igreja e o constitucionalismo monárquico, em que este se apropria daquela para fortalecer seu poder. Os republicanos voltam-se, também, contra a Igreja no intuito de enfraquecê-la e de dar cabo às manifestações que ainda defendiam a monarquia. Nas colônias portuguesas na África, entretanto, não ocorreram mudanças significativas na funcionalidade espoliativa, uma vez que “[...] mantinham uma política que consistia em preservar por todos os meios a integridade do seu império” (BOAHEN; SURET-CANELE, 2010, p. 219), evidenciando a inexistência de interesse em implementar fundamentos de autogoverno ou de

aproximar a cultura das colônias à da metrópole. Suas administrações fora da Europa abrangiam três territórios continentais e dois arquipélagos, bastante distantes uns dos outros, marcados pela prática da diferença racial e pela crença da propriedade – do senhorio dos homens.

De um lado, as forças capitalistas, que centravam suas ações na exploração das reservas naturais e na exploração da mão de obra africana, frustraram-se à medida que a desordem econômica, herança secular da monarquia, se manteve. De outro, as forças políticas tentavam adaptar-se à nova ordem, pois o governo era incapaz de sobrepor qualquer legislação para auxílio do proletariado. A limitação da jornada de trabalho, por exemplo, foi conquistada somente em 1919, e, para os camponeses, o governo sequer chegou a oferecer mudanças. Os trabalhadores decepcionaram-se com a reforma eleitoral, que não reconheceu a maior parte dos cidadãos e sua condição como eleitores, coibindo o voto às mulheres, aos militares em atividade e aos analfabetos. Aspectos que deram origem ao desagrado popular.

A promessa de democracia e de melhorias, levantada pela nova ordem, não se concretiza; ainda assim, a relativa democratização da vida política acaba abrindo caminho para a mobilização e a organização do movimento popular. A cena portuguesa passa a ser composta de greves operárias e ações repressivas, contexto em que surge o Integralismo Lusitano, movimento doutrinário e político de oposição ao regime democrático e parlamentar da Primeira República, que não obtém grande repercussão ideológica, mas abre espaço para as organizações fascistas no país. Em seguida, a partir da união do grande patronato, do latifúndio e do alto clero, é organizado um golpe de estado, e a reação chega ao poder através da corporação armada, sendo a ditadura militar instaurada, o parlamento dissolvido, a censura à imprensa imposta, as benesses católicas devolvidas, os partidos políticos interditados, legisladores e políticos eleitos demitidos. Enfim, com o dismantelamento das instituições democráticas e uma atmosfera de instabilidade política, abre-se caminho para o fascismo.

A ditadura militar foi a solução política encontrada pela elite urbana e pelo latifúndio, para revidar as ações populares e reorganizar a economia em seu favor, mas o resultado acabou não sendo o esperado, pois o déficit público e a dívida interna aumentaram significativamente, aprofundando o caos social e econômico. Diante disso, Salazar assume a pasta de finanças e sistematiza o projeto econômico-social, defendendo uma política antipopular e antidemocrática com características fascistas. Tratava-se, então, “de mais uma partida ganha por Salazar na guerra surda contra os militares republicanos, mas desta feita de uma partida decisiva como ele próprio virá a reconhecer mais tarde” (MESQUITA, 2007, p. 21).

O projeto de Salazar funciona economicamente, de modo que o orçamento financeiro é equilibrado. Contudo, ao mesmo tempo, transita na administração ditatorial, e todas as instâncias passam a estar sob sua orientação ideológica. Nos anos seguintes, após seu ingresso no governo, o fascismo é consolidado, mesmo sem o apoio da massa popular, fazendo com que o Estado Novo salazarista se ajustasse progressivamente à perfeição histórica do ordenamento totalitário por meio de uma ditadura aberta, comportada pelos elementos mais reacionários e imperialistas do capital financeiro. A nova figura política em ascensão consegue manter o domínio do grande capital através do terrorismo estatal e permanece no poder com a força da repressão, evidenciando a inflexibilidade e a orientação político-ideológica de seu governo.

A concentração da propriedade e da renda era operada pela intervenção direta do Estado, assegurando uma repressão política e social, que garantia a exploração da força de trabalho portuguesa em favor de minoria que detinha o monopólio econômico tanto em Portugal quanto nas colônias. Além do trabalho forçado nesses espaços, a administração portuguesa escoava mão de obra nativa aos países vizinhos, o que é o caso de Moçambique, cuja maior parte da renda era oriunda do envio de trabalhadores nativos à África do Sul. Não bastasse a exploração do sujeito africano, também foram realizadas diversas concessões de terras para companhias estrangeiras¹. O governo português conseguiu sistematizar seu ideal fascista tanto junto à população portuguesa quanto nas colônias, criando um sistema usurpador de bens naturais e de mão de obra humana, configurando um mercantilismo humano velado, contudo legitimado pelo funcionamento legal do Estado português.

Na última década do regime fascista, o distanciamento com o povo português se tornou ainda maior, já que a opinião pública internacional se posicionava contra o colonialismo extemporâneo de Portugal em África. A crise política e econômica levou Portugal à ambição de preservar a integridade de seu império, repelindo os desejos e questionamentos das sociedades colonizadas, refutando-os com repressão e violência, ordem em que estouraram as guerras de resistência anticolonial. Nesse sentido, a narrativa de Antunes apresenta a figuração social e política do sujeito histórico enviado à colônia. E, assim, possibilita a análise das mudanças enfrentadas por esse sujeito e o impacto das mesmas em suas representações sociais, considerando que entre a história e a literatura, no âmbito da narrativa de expressão portuguesa contemporânea, inexitem fronteiras nítidas, pois a ficção se expressa por um movimento em que os discursos histórico e literário se cruzam, cabendo-

¹ Para maiores informações, ver a obra *História geral da África*, VIII: África desde 1935/ editado por Ali A. Mazrui e Christophe Wondji. – Brasília: UNESCO, 2010. 1272 p.

lhe alumbrar a realidade que lhe deu origem. Ademais, a intervenção do capital imperialista no país e nas colônias aumentou sobremaneira, chegando a ser 21 vezes maior que na década anterior, agravando o sistema econômico e impedindo o investimento em necessidades básicas na metrópole.

Nessas circunstâncias, desponta a guerra colonial, propagada com o levante do povo angolano em 1961², a qual é responsável por dissipar recursos humanos e materiais de Portugal, esvaziando ainda mais os cofres e levando o país às mãos do capital internacional. Nessa empreitada beligerante, o governo chegou a comprometer 40% de seu orçamento nacional ao enviar para as colônias de África milhares de homens, a fim de compor o exército “imperial”. Com isso, o comprometimento financeiro da esfera assalariada da sociedade portuguesa com o financiamento da guerra impulsiona uma rebelião junto à juventude mediante a possibilidade de fenecer nas entranhas de uma guerra injusta e fora de seu tempo. Já no campo militar, soldados e oficiais questionam suas incumbências nas colônias e paulatinamente mudam sua perspectiva acerca da política vigente.

Convém notar que a humilhação e a desmoralização a que foram submetidos os soldados portugueses na Guiné Bissau, bem como em Angola e em Moçambique, desde então incorporados ao ideário de libertação que se propagava na África, todos estes fatores incitaram os soldados portugueses a derrubarem o regime opressor de Salazar, no interior do próprio Portugal, em abril de 1974. (BOAHEN; SURET- CANELE, 2010, p. 222)

Em contrapartida, o período é muito importante para o fortalecimento das colônias no âmbito cultural, militar, político e econômico. Tanto o imperialismo europeu quanto a guerra colonial influenciam o fortalecimento de um nacionalismo em África. Não bastasse isso, as forças armadas começam a sofrer contradições e fissuras, devido às modificações em suas estruturas, para enfrentar a insurgência da organização anticolonial africana. Esses fatores, agregados a uma crise econômica intensa, gestam críticas ao governo português, e a Europa acentua seu descontentamento com o salazarismo, que perturba a ordem liberal de comércio do continente.

A ação do governo para resolver a crise econômica não poderia ser pior: foi intensificada a exploração, foram reduzidos os salários reais com base no processo inflacionário de bens e produtos e foi realizada uma reforma tributária abusiva. Desse contexto, surge uma resistência econômica africana, representada pelos sindicatos e

² Para uma visão aprofundada, ver a obra *História geral da África*, VIII: África desde 1935/ editado por Ali A. Mazrui e Christophe Wondji. – Brasília: UNESCO, 2010. 1272 p., bem como SERRANO, Carlos; MUNANGA, Kabengele. *A revolta dos colonizados: o processo de descolonização e as independências da África e da Ásia*. 4. ed. São Paulo, SP: Atual, 1999. (História geral em documentos).

movimentos cooperativistas, que reivindicava maior participação na partilha do que era retirado e/ou produzido em seu território. A guerra colonial, agregada à oscilação econômica, foi determinante para intensificar a crise no regime fascista, levando a oposição democrática a impedir a reedificação do salazarismo. O espectro econômico foi questão fundante ao largo de toda administração de Salazar, tanto que, anos depois, Antônio de Spínola alerta para o descompasso entre a nação e o sujeito portugueses. Ele afirma que o governo deveria atentar para um pacto social

em ordem a reequilibrar a balança dos fluxos entre cada Português e a Nação, restabelecendo uns laços, reforçando outros, procurando sobretudo que cada cidadão se sinta melhor vivendo entre os seus e à maneira dos seus, em cuja vida participe com pleno direito de expressão, sentindo nas próprias abdições actos determinados pela sua consciência, e investindo, assim, voluntariamente, o seu esforço em favor de um futuro melhor. Mas para tanto é necessário que esse futuro lhe seja claro, que o investimento se lhe revele rendível pelo menos a médio prazo e que a sua integridade como pessoa livre não seja afectada por dogmas definidos à margem da sua opinião. (SPÍNOLA, 1974, p. 25)

Ao tentar uma ressignificação, assombrado por um novo fracasso econômico, o fascismo, no âmbito da política externa, passa a contar com o apoio das principais potências imperialistas na guerra colonial. Salazar é substituído, por motivos de saúde, por Marcelo Caetano, que coloca em prática seu projeto autorreformista. Desse modo, proclama a “autonomia política” colonial, a partir da qual as “províncias ultramarinas” passam a se chamar “Estados”. Apesar disso, a luta intensifica-se, infundida aos cidadãos.

As manifestações populares continuaram sendo respondidas com repressão e terror, ficando evidente que reformar o governo nunca foi uma proposta de fato, mas um intento de acalmar os ânimos oposicionistas. Em seguida, o isolamento político acabou sendo ampliado, originando um repúdio internacional.

O movimento democrático reencontra suas forças em 1968 e 1969, para conduzir sua luta política. Já a Igreja Católica, aliada mais tradicional do salazarismo, coloca-se em uma posição menos laudatória, evidenciando que o próprio fascismo português tinha consciência de uma possível erosão. A oposição democrática contra o regime acaba se favorecendo pelas contradições criadas pelo próprio fascismo e tem assunção através das lutas setoriais das massas e da luta contra a guerra colonial.

Sobre o contexto político em Portugal, paira uma orientação de redemocratização do país e de ruptura do sistema colonial. E na madrugada de 25 de abril, a senha para o levantamento militar é passada pela emissora oficial do governo, movimentando unidades militares na metrópole e nas colônias em favor da sublevação militar. As floristas da Praça do Rossio, em Lisboa, recebem os soldados com cravos vermelhos, que se tornam o símbolo do

levante. O fascismo, enfim, esgota-se e dá espaço à democracia. A Revolução dos Cravos, como ficou conhecido o processo revolucionário, além de marcar a queda de Marcelo Caetano, contribuiu para a consolidação da dignidade nacional do povo português, que agora tenta entender-se, distanciando-se, paulatinamente, da sistemática apologia ultranacionalista do Estado.

3 Da essencialidade das representações: o confinamento em espaço aberto

Compreendendo a rede imaginária como campo simbólico de significações, é possível encarar as representações como um movimento de sentidos que se tornarão constituintes essenciais à construção e à composição das sociedades. São elas que dão sentido aos acontecimentos sociais e eventos cotidianos e, assim, motivam, no caso da narrativa de Lobo Antunes, o narrador-personagem em sua missão nacionalista na guerra. Construídas coletivamente desde um compêndio imagético, as representações viabilizam a compreensão de mundo e o entendimento semântico dos movimentos da sociedade. Com relação a isso, as

[...] representações sociais se apresentam como uma maneira de interpretar e pensar a realidade cotidiana, uma forma de conhecimento da atividade mental desenvolvida pelos indivíduos e pelos grupos para fixar suas posições em relação a situações, eventos, objetos e comunicações que lhes concernem. (SÊGA, 2000, p. 128)

Nessa ordem, são as representações que possibilitam ao sujeito social a vivência em grupo, uma vez que fazem com que reflita a respeito do seu dia a dia. Ainda no que diz respeito à representação, Chartier (2002) apresenta as definições antigas da palavra, que aparece de duas maneiras. Na primeira, como uma ausência, distinguindo o que representa do que é representado, e, na segunda, como a exibição de uma presença, ou seja, ostentar publicamente algo ou alguém. O autor assevera que, para os historiadores que estudam as sociedades do Antigo Regime³, é de extrema relevância investir na análise do conceito de representação, já que tal conceito foi manipulado por essas sociedades e transformado em uma “máquina de fabricar respeito e submissão”, ou seja, as sociedades do Antigo Regime foram manipuladas por seus líderes através da representação simulada, pois, por meio dela era possível transformar os anseios do imaginário social em realidade. Nesse sentido, o regime colonial se assimila ao absolutista, pois é através da criação de um falso discurso de superioridade e de direito sobre os povos africanos que o regime colonial consegue estabelecer-se por largo tempo, antes de se fazer necessária a guerra. Logo, o colonialismo

³ Lopes (2003) define o Antigo Regime como um sistema político, econômico e social, marcado pela centralização do Estado através da monarquia absolutista, que perdurou do século XVI ao século XVIII.

consegue perpetuar-se através de uma falsa justificativa de respeito, provocando a submissão dos povos autóctones.

Levando em conta os estudos de Chartier (2002), torna-se evidente o impacto exercido pela representação na sociedade. Assim, analisar os espaços urbanos, as cidades, a partir das narrativas literárias possibilita a compreensão do contexto político-social em que se inserem as possíveis obras a serem analisadas. No que diz respeito à representação das cidades em obras literárias, Pesavento (1999, p. 10) observa que sobre a

[...] cidade, se exercita o olhar literário, que sonha e reconstrói a materialidade da pedra sob a forma de um texto. O escritor, como espectador privilegiado do social, exerce a sua sensibilidade para criar uma cidade do pensamento, traduzida em palavras e figurações mentais imagéticas do espaço urbano e de seus atores.

A representação de Lisboa em *Os Cus de Judas* prima por uma imagem opressora da cidade, através dos ícones sociais que o narrador de Antunes traduz, exibindo relações complexas da representação e ressignificando-as na narrativa literária. Essa representação aponta fronteiras imaginadas que ratificam o isolamento desse sujeito violentado pela política exilatória desse Estado político à margem na Europa. Na obra, fica evidente que a urbe lisboeta remete o narrador à segurança de casa, no sentido bachelardiano (1998), pois lá ele passou sua infância, sua adolescência e iniciou a vida adulta. Naquele espaço, encontra-se sua referência de mundo, de nação, de sociedade. A cidade resguarda sua família, sua vida social, e, também, tudo o que ele representa como ator social, subjugado a um conjunto inescapável de normas limitadoras de seu trânsito. E seria por tudo isso que ele lutaria na guerra: pela representação social e pela representação de sua família do império português.

Representações essas que o levaram a servir ao exército, já que fazer parte da missão de resguardar Portugal era a grande aspiração das famílias portuguesas conservadoras para seus herdeiros, pois aos

domingos, a família em júbilo vinha espionar a evolução da metamorfose da larva civil a caminho do guerreiro perfeito, de boina cravada na cabeça como uma capsula, e botas gigantescas cobertas de lama histórica de Verdun, a meio caminho entre o escuteiro mitómano e o soldado desconhecido de carnaval. (ANTUNES, 1986, p. 16)

A organização familiar, cárcere doméstico do imaginário do sujeito, alimentava o desejo íntimo de que fosse partícipe da luta que manteria intacto o império português, colocando-se como célula fundamental da história lusitana através de seus filhos. Nesse movimento, estava implícito o culto ao império, uma espécie de autofagia imagética que colocava o Estado português à beira da falésia, legitimando-o como força conduzente dos indivíduos ao exílio nas colônias. Desconhecendo o que os esperava, a partida para África era

enaltecida. O continente que lhes era apresentado não era autêntico para reforçar a base ideológica do colonialismo e garantir o apoio popular. Portugal expõe um discurso ludibriante, que assegura o sucesso da política colonial, através do desenvolvimento dos territórios além-mar, considerando que a justificativa de tal política estava fundamentada no discurso de arquétipo de evolução social. E com base nesse discurso, as famílias encontravam a segurança para requerer a seus rebentos o ofício militar.

A guerra empreendida para rejeitar a independência das colônias fabricou soldados, instigados a idolatrar a administração colonial e desabilitados a confrontar uma população que a combatia. É nessa perspectiva que Antunes faz uso da expressão “escuteiro mitómano”, ironizando a formação dos soldados, comparando-os a escoteiros que mentem sobre sua competência, desdenhando o costume familiar de acompanhar a ascensão de seus soldados particulares, uma estratégia eficaz de sustentar-se imagetivamente no exílio estatal e no confinamento íntimo.

A primeira informação que o narrador transmite ao leitor sobre Lisboa diz respeito à sua infância e leva a uma representação romântica e pueril da cidade e deixa claro todo o encantamento e a segurança que esse espaço urbano lhe transmite, através de sua narrativa sobre o Zoológico da cidade. Em seguida, o leitor é transportado até o bairro e a casa onde o narrador viveu sua infância. Sempre utilizando um animal como associação, o narrador direciona o leitor pelos cômodos da casa e, em seguida, por pontos do bairro: “da janela do quarto dos meus irmãos enxergava-se a cerca dos camelos, a cujas expressões aborrecidas faltavam o complemento de um charuto gestor [...]” (ANTUNES, 1986, p. 10). Leva-o a compreender a representação social da cidade através da ótica infantil. Desse ponto em diante, sempre que menciona a cidade, o narrador estabelece uma comparação e/ou uma analogia com Angola do exílio, o espaço do trauma. A transição do narrador para a colônia suscita a construção de novas representações em relação a Lisboa, assim como a mudança discursiva sobre a metrópole. Ao expor sua dor, afirma: “E depois, sabe como é, Lisboa principiou a afastar-se de mim num turbilhão cada vez mais atenuado de marchas marciais em cujos acordes rodopiavam os rostos trágicos e imóveis da despedida, que a lembrança paralisa nas atitudes do espanto” (ANTUNES, 1986, p. 18).

Ao adentrar em território colonial, os portugueses não questionavam a realidade do local, bem como mantinham em seu imaginário uma excelência de Portugal, alienada pelo discurso colonial. À medida que penetram no corpo imagético africano, a aporia entre a realidade e aquilo que o regime salazarista apregoava, evidencia-se, originando um movimento de erosão do discurso imperial que vai esboroar as imagens construídas ao largo

das décadas salazaristas. Aquilo que até então pairava sob a aura da perfeição começa a se desconfigurar, dissipando o encantamento, instigando um desalento e, principalmente, ascendendo a um sentimento de estranhamento, de uma propriedade imagética que não se materializa.

A partida gera um desconforto. Além de o narrador deixar para trás tudo aquilo que representa socialmente, seu rumo é o desconhecido – o conflito armado, pois não há nenhuma certeza sobre o caminho a ser percorrido. Viver não oferece aos sujeitos certezas, mas estar em um local conhecido possibilita um simulacro de estabilidade, porque, como observa Said (2000, p. 52),

O problema é que, para a maioria dos exilados, a dificuldade reside, não só no fato de serem forçados a viver longe de casa, mas antes, e tendo em conta o mundo de hoje, em viver com inúmeras evocações de que estão no exílio, de que as suas casas não estão, na realidade, tão distantes, e de que o tráfego habitual do dia a dia na vida contemporânea, os mantêm em contato permanente, embora tantalizante e vazio com o local antigo, assim sendo, o exilado existe num estado intermédio, nem completamente integrado do novo lugar, nem totalmente liberto do antigo, rodeado de semi-envolvimentos e semi-distanciamentos, nostálgico e sentimentalista, por um lado, imitador competente ou proscrito em segredo, por outro.

A ida a Angola pode impactar de inúmeras formas o narrador, mas no que diz respeito à representação da sua cidade, são duas as possibilidades, e ambas alteram os significados estabelecidos até então. A primeira: o contato com a colônia fortalece a simbologia da cidade de Lisboa como lar e local de conforto, vinculando-o, ainda mais, à sua origem e ao sentimento nacional. Já a segunda é justamente o oposto: a inserção na colônia pode ser tão impactante a ponto de causar um estranhamento em relação à cidade, chegando a não a reconhecer mais como sua, o que significa dizer que a empresa colonial, ao conduzir seus sujeitos ao exílio, leva-os, por conseguinte, à condição de desterritorializados e intimamente confinados. Em seu regresso, a sensação psíquica do exílio articula, na rede imaginária do sujeito português, uma condição de permanência exotópica que complexificará sua autorrepresentação.

Em *Representation* (1997), Hall define a representação como o uso da linguagem para expor algo significativo sobre o mundo ou para representar este mundo a outras pessoas. O autor complementa que “representar é a produção do sentido dos conceitos da nossa mente pela linguagem” (HALL, 1997, p. 3). Desse modo, a literatura novamente vem ao encontro do conceito de representação, pois ela é precisamente a exposição do objeto através da linguagem. Ademais, o autor defende que a construção de significados é produzida socialmente, ou seja, todos partilham os mesmos conceitos sociais e, a partir deles, conformam efeitos de sentido em sua leitura do mundo. Até sua incursão em território

angolano, o narrador não questionava a representação de Angola oferecida pela metrópole e, sobretudo, carregava consigo uma representação de excelência de Portugal. Ao passo que penetra em território africano, a fixidez do objeto inicia seu desmonte, ocasionando prostração e aflorando um estranhamento em relação a seu local de origem.

O certo é que, à medida que Lisboa se afastava de mim, o meu país, percebe, se me tornava irreal, o meu país, a minha casa, a minha filha dos olhos claros no seu berço, irrealis como estas árvores, estas fachadas, estas ruas mortas que a ausência de luz assemelha a uma feira acabada, porque Lisboa, entende, é uma quermesse de província, um circo ambulante montado junto ao rio, uma invenção de azulejos que se repetem, aproximam e repelem, desbotando as suas cores indecisas, em rectângulos geométricos, nos passeios, não, a sério, moramos numa terra que não existe, é absolutamente acusado procura-la nos mapas porque não existe [...]. (ANTUNES, 1986, p. 92)

Torna-se visível a aversão do narrador à guerra, uma vez que lhe é imposta a condição do exílio, e foram os desejos e anseios alheios de sua família que o colocaram nessa situação. Ele se vê, pois, obrigado a movimentar-se em um conflito no qual não acredita, afastando-se a cada dia da representação do sujeito social que um dia saiu de Lisboa, devido às usuras coloniais. O contato com Angola possibilitou-lhe ver sua capital em uma nova perspectiva. O narrador é distanciado de seu local de origem, física e socialmente, e sente esse espaço distanciando-se dele, a ponto de não contemplar os ideais do esplendor metropolitano e de perceber Lisboa apenas como uma festa de interior, não como um modelo social e político, dando, enfim, um tratamento estético a fatos históricos antes apontados indiretamente por Spínola (1974).

É nessa perspectiva que o narrador começa a apresentar mudanças em sua representação da capital lusitana, à medida que ele passa a viver em uma nova sociedade e a ser impactado pelas relações com Angola. Ele começa a partilhar uma nova realidade e a construir novos significados e símbolos, se pensarmos, aqui, no que diz Said (2000). Aos poucos, os conceitos produzidos na sociedade portuguesa sobre Angola se modificam, bem como os conceitos produzidos sobre a própria sociedade lusa e, conseqüentemente, sobre a cidade de Lisboa, são alterados. O narrador depara-se com uma nova perspectiva histórica, *History from below* (SHARPE, 1992), ou seja, a história daqueles que não se encontravam socialmente em destaque, daqueles que até então eram considerados “derrotados”, ao menos no que tange à cena colonial.

A representação altera-se a tal ponto que, ao pensar em seu local de origem, já não percebe o aconchego e é incapaz de sentir acolhimento na ideia de retorno; ele está encarcerado em uma imagem íntima de deslocamento que volatiza o entendimento e a produção dos efeitos de sentido de mundo. A Lisboa, que antes o narrador percebia

resplandecente através de sua agitação, que em seu íntimo representava uma recordação do que o esperava em seu subjuntivo retorno e servia de acalento para as usuras da guerra, já não tem o mesmo brilho, é como se neste momento a visse como a capital de qualquer outra nação, menos a sua.

[...] as cartas que recebo e me falam de um mundo que a lonjura tornou estrangeiro e irreal, os calendários que risco de cruzeiros a contar os dias que me separam do regresso e apenas achando a minha frente um túnel infindável de meses, um escuro túnel de meses onde me precipito mugindo [...]. (ANTUNES, 1986, p. 40)

O distanciamento de Lisboa possibilitou ao narrador a reflexão sobre o desempenho da metrópole na administração colonial, assim como a sua inserção na colônia o fez analisar a realidade colonial de outra forma. Afinal de contas, tudo o que ele pensava saber sobre África caracterizou-se como um gigantesco simulacro colonial. A ideia de África portuguesa, que durante toda a vida lhe fora ofertada — “[...] me falavam em imagens majestosas, não passavam afinal de uma espécie de cenário de província a apodrecer [...]” (ANTUNES, 1986, p. 119) —, não passava de uma invenção, que visava confortar e convencer a sociedade portuguesa no que diz respeito à ação colonial. Prática comumente adotada pelas nações colonizadoras, em que a história era abordada apenas do ponto de vista da colonização, considerada uma versão oficial, enquanto a perspectiva histórica dos povos autóctones, que factualmente vivenciaram o processo, era deixada de lado.

Com o desembarque dos militares portugueses em Angola, que ignoravam o contexto social das províncias envolvidas na guerra, sujeitados a uma realidade que até então lhes fora ocultada, suas representações e seus efeitos de sentido colonial se alteraram. É a partir do exílio que vê a Lisboa que lhe faz sentido. E, no retorno, é sua condição de sujeito encarcerado que invoca a presença dos espaços da colônia. Como consequência, a representação do Estado português passa por uma transformação para os integrantes das tropas lusas incorporadas à colônia, que passam a ter uma nova representação para eles. No retorno a Lisboa, as novas representações afligem o narrador, já que o exílio o maculou e ele traz consigo a impossibilidade de escapar de seu cárcere íntimo.

A minha lembrança grandiosa de uma capital cintilante de agitação e de mistério copiada de John dos Passos, que alimentara fervorosamente durante um ano nos areais de Angola, encolhia-se envergonhada defronte de prédios de subúrbio onde um povo de terceiros-escriurários ressonava entre salvas de casquinhas e ovas de crochet. (ANTUNES, 1986, p. 83)

A guerra e o contato com o outro (colonizado) geram uma série de ressignificações para o narrador de Lobo Antunes, a partir das quais ele modifica sua representação social de Lisboa. Ele, que tinha a imagem de Portugal como uma grande nação íntegra, vê essa imagem

esvair-se à medida que irrompe o território angolano, pois tanto o conceito de integridade quanto o de grande nação deixam de fazer sentido. E, aos poucos, passa a ter conhecimento da realidade do colonizado, que lida com o descaso da metrópole cotidianamente, realidade que também se estende ao exército português.

Esses aspectos culminam na desvinculação do narrador de sua cidade de origem, porque ele já não vê mais sentido nas referências sociais que deixou em Lisboa, sentindo-se em permanente migrar. Desse modo, esse narrador “que se considera como parte integrante de uma condição mais geral que afecta a comunidade nacional deslocada, pode muito bem vir a ser uma fonte, não de aculturação e adaptação, mas, antes, de volatilidade e de instabilidade” (SAID, 2000, p. 56).

Considerando que as representações são construídas socialmente, o narrador passa de um contexto social a outro e, a partir do convívio em uma nova sociedade, molda-se outro olhar sobre sua representação de mundo, criando estratégias discursivas diversas de entendimento da realidade e de pertencimento. A mudança de olhar serviu para que compreendesse o arranjo simbólico em que estava inserido, e construísse novos significados, porém, os antigos ainda fazem parte de seu ser social, podendo ser retomados, quando necessário. Quando dizemos que os antigos significados podem ser retomados, referimo-nos à representação de Lisboa antes de seu contato com a guerra, à importância conferida à representação social familiar, à imagem de cidade resplandecente pela agitação e ao simbolismo da cidade como seu local de segurança. Para o narrador de Lobo Antunes, a representação de Lisboa e sua simbologia são alteradas por estar distante dela, bem como pelo impacto sofrido com a guerra na colônia. Entretanto, ele retorna para casa e, para que se sinta confortável em seu lar, parte dos antigos significados precisará ser retomada e rearticulada na rede imaginária que o comporta no pós-guerra, pois o deslocamento imagético que se percebe condensado em sua linguagem está posto, levando-o a manifestar espasmos de pertencimento.

4 Considerações finais

A doutrina colonialista causou grande impacto nas sociedades envolvidas. Desde seu surgimento, o modelo adotado pela maior parte das nações colonizadoras foi de usurpação humana, material e territorial; no caso português, organizou uma operacionalidade traumática contundente para o sujeito exilado na guerra das colônias.

No que tange ao social, foi necessário apropriar-se de um discurso plausível tanto para a sociedade colonizadora quanto para a colonizada, a fim de justificar o exílio em massa.

Assim, é posto em prática o uso do discurso de arquétipo de evolução social. Os europeus consideravam-se superiores social, econômica e tecnologicamente. À população não congênere, cabia o desígnio de inferioridade e coisificação. Os hábitos e a cultura de alguns povos serviram de justificativa para a diminuição de sua humanidade, o que criou novos parâmetros para invasões territoriais — estratégia que Edward Said expôs em *Cultura e Imperialismo* (1994). Foram os conceitos colonialistas de superioridade e a violência administrativa aplicada sobre as culturas autóctones que impulsionaram os colonizados para o início do desvencilhamento da cultura eurocêntrica. Os europeus impuseram a fé, os costumes, a razão ocidental, a língua e tudo mais que lhes parecia conveniente e não economizaram no planejamento de estado para o exílio de seus cidadãos.

Levando em conta que o processo colonial foi demasiadamente longo, não foram apenas os colonizados que sofreram com ele. Ainda que espacialmente longe da colônia, o sujeito social português sempre a teve muito presente, pois ela sempre fez parte de seu cotidiano social e de seu imaginário, condicionando-o ao terrível arquétipo da superioridade, já que as informações que chegavam à metrópole nem sempre eram genuínas. Assim, criou-se uma ideia de colônia embasada nessas informações, em que os fatores ideológicos, morais e religiosos serviam de justificativas para o modelo colonial implementado. E exatamente através delas se constrói uma representação de África e, conseqüentemente, de Portugal. Enquanto um discurso ludibriante garantia o apoio da sociedade portuguesa, direcionando a população a uma representação positiva da política colonial, não existiam motivos para se questionar a realidade das colônias, até o momento em que se iniciou o escoamento de soldados para as colônias e o posterior regresso traumático desses sujeitos deslocados à metrópole.

A situação altera-se apenas quando as colônias se tornam economicamente inviáveis à sociedade portuguesa. Com a emergência da independência colonial, os autóctones se organizam para resistir, assim como Portugal, que não aceita a possibilidade de desfazer seu império. A organização das colônias implica grande redução nas finanças portuguesas, onerando a metrópole com impostos, para financiar a luta contra as independências. As benfeitorias em África se mostram uma ilusão, e a sociedade portuguesa mostra um desentendimento da prática colonialista. Concomitantemente, os soldados enviados a África começam a compreender tal sistema e a questioná-lo, a partir da inóspita condição exilatória. Em seu primeiro contato com África, o narrador/personagem de Lobo Antunes reflete sobre a realidade:

[...] a ideia de uma África portuguesa, de que os livros de história do liceu, as arengas dos políticos e o capelão de Mafra me falavam em imagens majestosas, não passava afinal de uma espécie de cenário de província a apodrecer na desmedida vastidão do espaço, projectos de Olivas Sul que o capim e os arbustos rapidamente devoravam, e um grande silêncio de desolação em torno, habitado pelas carrancas esfomeadas dos leprosos. (ANTUNES, 1986, p. 119)

O deslocar-se para a África causa uma inquietação nesse sujeito histórico, pois se dá conta de que seu destino é um local conhecido, mas onde nunca pôs seus pés. Quando, por fim, o avista e o sente, percebe que a imagem é ainda mais diversa do que as representações produzidas pelo discurso oficial português. Olhar a colônia e perceber-se em exílio, acentua ainda mais a sensação de deslocamento desse sujeito que não se compreende ali. A desconexão entre o imaginado e o que está estendido à contemplação gesta incômodo e dúvidas, naturalizando a necessidade do sujeito em nutrir questionamentos ideológicos e existenciais, acabando por recolher-se em si. Tudo o que se sabia sobre Angola era ilusório. Com o avanço da guerra, o narrador transita pelo território africano e, assim, acentua-se a sensação de estranhamento, e, ao olhar para Portugal, ele já não o reconhece como lar. Logo, passa a dissimular a cidade em que nasceu, Lisboa.

Ao perceber uma África inventada, não pode deixar de questionar aqueles que a inventaram. E se tudo aquilo em que sempre acreditou fosse irreal, o tudo incluía Lisboa. Desse modo, o narrador passa a perceber a colônia e também a metrópole desde um olhar de impossibilidades históricas, desde um confinamento imagético. A nação que representava seu lar, sua pátria, perde aos poucos tal natureza fenomenológica. Os diversos meses de batalha fazem a imagem de lar se deteriorar, não o retrato da casa, local que abrigava sua família, mas, sim, a deterioração do pertencimento, a sensação de fazer parte de uma comunidade, a qual fez jus a seu serviço como soldado. Pensando as representações como essenciais para que os sujeitos compreendam seu cotidiano, o personagem mostra sua representação pueril de Lisboa no início da obra. Uma representação indispensável para a compreensão da importância que a cidade tem para ele, mas se explicita o afastamento que o acomete com sua inserção em África. Contudo, no choque com o concreto, o sujeito passa a construir novas representações. A cidade de origem perde o brilho, ele já não vê nela um local de acalento, o que fica claro em seu retorno:

Fardado, com um saco cheio de livros ao ombro e outra roupa na mão, Lisboa ergue perante mim sua opacidade de cenário intransponível, subitamente vertical, lisa, hostil, sem que nenhuma janela abra, diante dos meus olhos sequiosos de repouso, côncavos favoráveis de ninho. (ANTUNES, 1986, p. 194)

Lisboa torna-se opaca, e tal cenário parece se adequar a ela. A cidade torna-se símbolo de um equívoco – sua participação nas lutas de independência em Angola. A implementação de um sistema colonial e sua sustentação durante anos provaram-se um engano, e, assim, defendê-la seria um erro. Sua presença em África possibilitou uma vasta compreensão política e social de sua nação e de Angola, mas o preço pago por tal conhecimento foi alto: viver em suspensão, pois agora ele não tinha espaço na sociedade à qual um dia pertenceu, movimentando-se desde um exílio de Estado, projeto fracassado, para um confinamento íntimo permanente.

Referências

ANTUNES, António Lobo. *Os Cus de Judas*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2010.

BACHELARD, Gaston. *A Poética do Espaço*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

BOAHEN, A. Adu; SURET-CANELE, Jean. A África Ocidental. In: MAZRUI, Ali A.; WONDJI, Christophe (Org.). *História Geral da África – VIII: África desde 1935*. Brasília: UNESCO, 2010. 1272 p.

CHARTIER, Roger. *À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude*. Tradução Patricia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.

HALL, Stuart. The work of representation. In: _____. *Representation: cultural representations and signifying practices*. London/The London/Thousand Oaks/New Delhi: Sage/The Open University, 1997. (Trad. Ricardo Uebel).

LOPES, Marcos Antonio. Uma ideia de Antigo Regime. *Textos de História (UnB)*, Brasília, v. 11, n. 1/2, p. 129-144, 2003.

MESQUITA, António Pedro. *Salazar na História Política de seu Tempo*. Lisboa: Caminho, 2007.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *O imaginário da cidade: visões literárias do urbano – Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1999.

SÊGA, Rafael Augustus. O conceito de representação social nas obras de Denise Jodelet e Serge Moscovici. *Anos 90*, Porto Alegre, n. 13, p. 128-133, jul. 2000.

SAID, Edward W. *Cultura e Imperialismo*. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.

SAID, Edward W. *Representações do Intelectual*. Lisboa: Edições Colibris, 2000.

SERRANO, Carlos; MUNANGA, Kabengele. *A revolta dos colonizados: o processo de descolonização e as independências da África e da Ásia*. 4ª ed. São Paulo, SP: Atual, 1999. (História geral em documentos).

SHARPE, Jim. A história vista de baixo. In: SHARPE, Jim; SCOTT, Joan; WESSELING, Henk; LEVI, Giovanni. *A escrita da história: novas perspectivas*. 1ª Ed. São Paulo, SP: UNESP, 1992.

SPÍNOLA, Antônio de. *Portugal e o Futuro*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1974.